**A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO: A TRANSDISCIPLINARIDADE**

**COMO MEIO DE APRENDIZAGEM PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

SILVA, Linda Carter Souza da – SEEC/RN[1](#page1)

FILHO, Luiz Gomes da Silva – UFERSA[2](#page1)

**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo compreender como se materializa a compreensão sobre temas como inclusão e direitos humanos por meio de uma metodologia transdisciplinar junto aos alunos de uma turma do 2º ano dos anos iniciais, da Escola Estadual Ambulatório Padre João Maria em Natal-Rio Grande do Norte. Em primeiro momento, se tem um percurso histórico e de análise documental no que compete os avanços e retrocessos sobre a inclusão. Em seguida, um debate a cerca dos direitos humanos como forma de superar as desigualdades impostas pela luta de classes, em que opressor estabelece as normas e aqueles que não se enquadram são excluídos, percebendo a garantia dos direitos como meio para emancipação humana. Dessa forma, se propõe uma metodologia que abarque a totalidade e multiplicidade de uma educação que prepara o aluno para além do que o conhecimento sistematizado pode proporcionar, uma educação que prepara para a vida e para a solidariedade. Sendo assim, apresenta-se a transdisciplinaridade como uma prática que dialoga com os saberes e considera a diversidade como parte inerente da formação dos sujeitos. Ainda, fez-se necessário trazer à luz do diálogo as percepções dos alunos sobre temáticas como inclusão e direitos humanos como possibilidade de discorrer sobre a garantia dos direitos e respeito as diferenças como parte fundamental para a formação da condição humana. Por fim, a percepção sobre a educação em direitos humanos através da transdisciplinaridade e o despertar dos sujeitos para ações que comungam com a busca por uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

**PALAVRAS–CHAVES**: INCLUSÃO; DIREITOS HUMANOS;

TRANSDISCIPLINARIDADE.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do ano de 2010, 23,9% da população total do Brasil apresenta algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora ou intelectual). Diante dessa considerável estatística é importante



1Professora dos Anos Iniciais pela Secretaria da Educação e da Cultura do Estado do Rio Grande do Norte. Email: lindacarterlinda@hotmail.com. Eixo Temático: Inclusão Cidadania e Políticas Públicas.

2Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Email: luiz.gomes@ufersa.edu.br Eixo Temático: Inclusão Cidadania e Políticas Públicas.

refletir acerca da inclusão desse público nos espaços que lhes são de direito. Esse processo requer mudanças nos paradigmas pré-estabelecidos socialmente, através da quebra da invisibilidade e combate ao descrédito social. Assim, faz-se necessário “repensar nossas próprias concepções, preconceitos e atitudes com relação à pessoa com deficiência” (MAGALHÃES, 2002, p. 5)

Logo, o presente artigo busca trazer à discussão temas que dialoguem com a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mais especificamente, sob a ótica da Educação em Direitos Humanos a partir da transdisciplinaridade. Nesse sentido se faz necessário o exercício da práxis educativa, onde a Escola Estadual Ambulatório Padre João Maria apresenta-se como cenário para uma intervenção no que abrange a prática transdisciplinar, tendo como ponte a inclusão de pessoas com deficiência e a educação em direitos humanos. As ações da intervenção foram desenvolvidas em uma turma de 2º ano (anos iniciais). A turma era composta por 17 alunos, sendo 9 meninas e 8 meninos, desses, um aluno apresenta transtorno do espectro autístico e um outro apresenta características de Altas Habilidades/Superdotação.

Julgou-se necessário intervir através de uma proposta voltada a percepção da diferença como inerente aos sujeitos sociais, além da busca pela igualdade de direitos e a quebra do esteriótipo de caráter assistencialista estabelecido sobre a pessoa com deficiência. Sendo assim, se construiu uma sequência de atividades com o objetivo de dialogar e instigar a reflexão a cerca da temática de forma que se possa contribuir para mudanças significativas no campo da inclusão de pessoas com deficiência e/ou altas habilidades/superdotação. A sequência didática aconteceu uma vez por semana, durante um período de 2 meses, sempre às sextas-feiras. As atividades foram pensadas de forma lúdica e transdisciplinar envolvendo os campos da alfabetização (leitura e escrita), ética, artes, questões sociais e valores. Foi possível, também, perceber que o entrelaçamento da temática da inclusão e direitos humanos só foi possível devido à escolha da metodologia transdisciplinar. Essa metodologia, debatida no Congresso Ciência e Tradição: Perspectivas Transdisciplinares para o Século XXI no ano de 1991, teve durante o evento a produção de um documento intitulado como Ciência e Tradição que traz como desafio da transdisciplinaridade a geração de uma civilização através do diálogo intercultural e que se abra para a singularidade de cada um e para a inteireza do ser. (SOMMERMAN, 2006).

* nesse processo de interação junto aos conhecimentos sistematizados que a escola proporciona que. se tem a multidimensionalidade da transdisciplinaridade, onde as mais diversas dimensões sociais, culturais e intelectuais se cruzam na (re)construção de um todo, o sujeito. Ainda sobre a Transdisciplinaridade, Lucena (2013, p. 6) afirma: “a transdisciplinaridade está fundamentada numa perspectiva que reconhece as diferenças como inerentes à vida”. Dessa forma, comunga-se de um debate em que o reconhecimento e a luta pelo combate a invisibilidade social estejam presentes na escola através de práticas que dialoguem com diversos saberes, respeitem a diversidade e a completude do bem viver.

Como resultados desse trabalho o que se pode perceber diz respeito a importância da escola debater sobre práticas pedagógicas que considerem as especificidades das pessoas com deficiência e que permitam resultados satisfatórios em seus processos de aprendizagem. Também vale ressaltar que, a utilização da transdisciplinaridade como prática exeqüível no contexto da sala de aula contribui para a socialização das pessoas com deficiência, pois permite que os saberes interajam em torno de um único propósito, a inclusão. Ainda, um dos pontos fundamentais diz respeito a luta pela garantia de direitos a partir do acesso ao conhecimento que deve ser garantido na escola.

Por fim, entende-se que a escola atual encontra-se imersa em uma sociedade construída sob uma base que rotula, estigmatiza, marginaliza e exclui. Diante disso, faz-se necessário ir de encontro aos ditames que essa sociedade impõe e combater todo e qualquer tipo de exclusão. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 1º afirma: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, sendo assim fica evidente que independente de qualquer condição posta, todo ser humano tem direito a ter direitos. É nesse cenário que as pessoas com deficiência buscam a garantia dos direitos básicos para manuntenção da vida. Através do acesso, permanência e sucesso na escola esse público encontra um caminho viável para embasar a luta contra todo e qualquer tipo de violação.

Dessa forma, cabe a instituição em sua totalidade, introduzir através de seus fazeres, diálogos que possam culminar na eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Estabelecer práticas que discorram sobre respeito as diferenças e luta pela igualdade em direitos através da interligação de saberes. Assim,

buscando compreender os desafios e as possibilidades para o exercício de uma educação libertadora.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Justiça. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <www.portal.mj.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2014.

LUCENA, Nedja Lima de. Transdisciplinaridade e Complexidade. Natal, RN: IFRN editora, 2013.

MAGALHÃES, Rita Cássia Barbosa de. Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial. Fortaleza: Demócrito Rocha/Ed. UECE, 2002.

SOMMERMAN, Américo. Inter ou Transdisciplinaridade? Da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes. São Paulo: Paulus. Coleção Questões Fundamentais da Educação. 75 pp, 2006.